

**EXAME DE ORDEM OAB/MG - 1ª ETAPA - 01.03.98**  
**PROVA OBJETIVA - MULTIPLA ESCOLHA**

**DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL**

01) Todos os enunciados abaixo estão corretos, **exceto**:

- a. ( ) Consideram-se parentes colaterais, para os efeitos jurídicos, as pessoas provenientes de um só tronco, sem descenderem uma das outras, até o sexto grau.
- b. ( ) O pátrio poder só se extingue pela morte dos pais, emancipação e maioridade.
- c. ( ) O pátrio poder é incompatível com a tutela.
- d. ( ) O cônjuge não separado pode ser o curador do outro, em preferência ao pai ou à mãe.

02) Sobre o regime de bens no casamento é **incorreto** afirmar:

- a. ( ) O ordenamento jurídico brasileiro adota o princípio da imutabilidade.
- b. ( ) Os bens adquiridos por doação e herança em favor de apenas um dos cônjuges excluem-se do regime de comunhão parcial.
- c. ( ) O regime obrigatório da separação de bens é somente para os homens com mais de 55 (cinquenta e cinco) anos de idade e mulheres com mais de 50 (cinquenta) anos de idade.
- d. ( ) É possível convencionar em pacto antenupcial, cláusulas diferentes daquelas estabelecidas nos regimes de bens de comunhão universal, parcial, separação e dotal.

03) É **incorreto** afirmar:

- a. ( ) As mulheres com menos de 16 (dezesesseis) anos de idade e os homens com menos de 18 (dezoito) anos de idade para se casarem dependem exclusivamente da autorização dos pais.
- b. ( ) O cônjuge adúltero não pode se casar com o seu co-réu, por tal condenado.
- c. ( ) O adotado não pode se casar com o filho superveniente ao pai ou à mãe adotiva.
- d. ( ) A anulação do casamento da menor de 16 (dezesesseis) anos de idade ou do menor de (dezoito) anos de idade poderá ser requerida pelo próprio cônjuge menor.

04) Com o falecimento de um dos cônjuges separado judicialmente, o estado civil do cônjuge sobrevivente passa ser:

- a.  divorciado;
- b.  separado judicialmente;
- c.  solteiro;
- d.  viúvo.

05) O Início da personalidade civil do homem se dá:

- a.  desde a concepção do nascituro;
- b.  a partir do nascimento com vida;
- c.  24 (vinte e quatro) horas após o nascimento com vida;
- d.  a partir da lavratura do assento de nascimento.

06) Nas ações de procedimento **sumário** é **correto** afirmar:

- a.  Não obtida a conciliação na primeira audiência, o Réu terá o prazo de 15 (quinze) dias para juntar sua defesa.
- b.  Havendo necessidade de produção de prova oral, as testemunhas serão ouvidas na própria audiência de conciliação.
- c.  O Réu pode formular pedido em seu favor independentemente de reconvenção.
- d.  O Autor pode juntar o rol de testemunhas até 05 (cinco) dias antes da audiência de instrução e julgamento.

07) Quanto ao recurso de **agravo de Instrumento** é **incorreto** afirmar:

- a.  Será interposto no prazo de 10 (dez) dias.
- b.  Depois de interposto, o juiz pode reformar sua decisão.
- c.  No ato da interposição se comprova, se exigido pela lei, o preparo.
- d.  O Agravante deverá indicar as peças que deseja trasladar.

08) É causa de extinção do processo **com julgamento do mérito**:

- a.  O indeferimento da inicial.
- b.  A ausência dos pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo.
- c.  O acolhimento da preempção ou da litispendência.
- d.  O acolhimento da prescrição ou da decadência.

09) Juca Cipó ajuizou ação de reparação de dano em decorrência de acidente automobilístico, pelo procedimento sumário, em face de José das Couves. Na audiência de instrução e julgamento o juiz achou por bem indeferir a oitiva das testemunhas arroladas

pelo autor. Inconformado com esta decisão, o autor poderá interpor:

- a.  Agravo retido.
- b.  Agravo de Instrumento.
- c.  Apelação.
- d.  Embargos Infringentes.

10) Quando se reproduz ação anteriormente ajuizada, que está em curso, com as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido, ocorre a:

- a.  coisa julgada;
- b.  conexão;
- c.  litispendência;
- d.  continência.

11) O prazo para a propositura da ação renovatória de locação é de:

- a.  2 (dois) anos antes do termo final do contrato;
- b.  1 (um) ano a 06 (seis) meses antes o termo final do contrato;
- c.  06 (seis) meses até o termo final do contrato;
- d.  a qualquer tempo antes de findar o contrato.

12) A lei do inquilinato admite que se afirme quanto à ação de despejo, **exceto:**

- a.  Os processos não tramitam durante as férias forenses e se suspendem pela superveniência delas.
- b.  É competente para conhecer e julgar tal ação o foro da situação do imóvel, salvo se outro houver sido eleito no contrato.
- c.  Os recursos interpostos contra as sentenças terão efeito somente devolutivo.
- d.  O valor da causa corresponderá a doze meses de aluguel, ou, na hipótese de despejo por rompimento de contrato de trabalho, a três salários vigentes por ocasião do ajuizamento.

13) Segue o rito sumário a ação de:

- a.  Separação judicial consensual;
- b.  Reparação de danos causados em acidentes de veículos de via terrestre;
- c.  Renovatória de locação comercial;
- d.  Alimentos.

## **DIREITO COMERCIAL**

14) Prescrevem, de acordo com o ordenamento pátrio, **exceto:**

- a.  em 2 (dois) anos, contados da expiração do prazo de apresentação, a ação de enriquecimento ilícito contra o emitente de cheque não-pago por falta de fundos;
- b.  em 3 (três) anos, contados da data do vencimento, a ação de execução contra o

- sacado da duplicata;
- c. ( ) em 3 (três) anos, contados da data do vencimento, a ação de execução contra o emitente de nota promissória;
  - d. ( ) em 5 (cinco) anos, contados da data do vencimento, a ação de execução contra aceitante de letra de câmbio.

15) Estão sujeitos ao arquivamento na Junta Comercial, **exceto**:

- a. ( ) documentos relativos à constituição de firma mercantil individual;
- b. ( ) documentos relativos à extinção de sociedade que tenha por objeto social a administração de locação de imóveis;
- c. ( ) documentos relativos à dissolução de sociedade que tenha por objeto social a incorporação de imóveis;
- d. ( ) documentos relativos à alteração de sociedade que tenha por objeto social a compra e venda de imóveis.

16) Para a constituição de uma sociedade comercial são imprescindíveis os seguintes elementos, **exceto**:

- a. ( ) fundo de comércio;
- b. ( ) capital ou patrimônio;
- c. ( ) objetivo de lucro;
- d. ( ) pluralidade de pessoas.

17) Dentre as diferenças entre a sociedade anônima e a por quotas de responsabilidade limitada, qual afirmativa está **incorreta**:

- a. ( ) A sociedade anônima é sempre comercial, qualquer que seja seu objeto social, enquanto a sociedade por quotas de responsabilidade limitada pode ter natureza civil ou comercial, dependendo de seu objeto social.
- b. ( ) A sociedade anônima só pode ter denominação social, enquanto a sociedade por quotas de responsabilidade limitada pode adotar razão ou denominação social.
- c. ( ) A sociedade anônima tem seu capital dividido em ações, enquanto a sociedade por quotas de responsabilidade limitada possui capital dividido em quotas.
- d. ( ) Na sociedade anônima, a responsabilidade da sociedade é sempre ilimitada, enquanto na sociedade por quotas essa responsabilidade é limitada.

18) Sobre as conseqüências da decretação da falência, está **correto** afirmar :

- a. ( ) A falência produz o vencimento antecipado de todas as obrigações do falido, sem qualquer exceção, a fim de que os credores possam habilitar seus créditos no processo de execução coletiva.
- b. ( ) Com o vencimento antecipado das dívidas, computam-se, até a data da decretação, os juros das obrigações já anteriormente vencidas e deduzem-se os das que iriam ainda se vencer, não havendo incidência de correção monetária.
- c. ( ) As dívidas dos devedores solidários solventes não se vencem antecipadamente com a falência, mesmo que representadas por títulos cambiais.
- d. ( ) A partir da decretação da falência, não correm mais juros, a menos que o patrimônio da massa comporte o pagamento do principal e dos juros.

19) Sobre o contrato de “Leasing”, está **incorreto** afirmar :

- a. ( ) É conhecido em nosso direito como arrendamento mercantil, consistido em uma modalidade especial de locação, que pode envolver também promessa unilateral de venda.
- b. ( ) Trata-se de contrato firmado entre uma pessoa jurídica arrendadora e uma pessoa física ou jurídica arrendatária, tendo por objeto o arrendamento de bens adquiridos pela arrendadora, segundo as especificações da arrendatária e para uso próprio desta, que tem a opção de adquiri-los ao final do contrato ou renovar o arrendamento.
- c. ( ) É um contrato decorrente da prática empresarial, não possuindo qualquer disciplina legal no direito brasileiro.
- d. ( ) Serão consideradas como custo ou despesa operacional para o imposto de renda da pessoa jurídica arrendatária as parcelas pagas em contraprestação pelo arrendamento.

## DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

20) Quanto ao concurso de pessoas, marque a opção **incorreta**:

- a.  Não se pode reconhecer como participação delituosa o fato de alguém não impedir fisicamente a execução de um crime se não há vontade de aderir à prática deste.
- b.  Autor mediato é aquele que de forma consciente e deliberada faz atuar por ele o outro cuja conduta não reúne todos os requisitos para ser punível.
- c.  A simples presença física no local do delito, sem qualquer concurso para a prática da conduta incriminada de terceiro, já basta à configuração da co-autoria.
- d.  É impossível a participação dolosa em crime culposos.

21) “Apesar de não constar da sentença, as armas não devem ser restituídas aos réus, por constituir o confisco delas um dos efeitos da condenação” (TJSC - Ac. - Rel. Des. Rid Silva - RT 568/338). A ementa do acórdão acima, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, diz respeito a:

- a.  efeito específico da condenação;
- b.  sanção substitutiva;
- c.  pena alternativa;
- d.  efeito automático da condenação.

22) Um empresário retém, como determina a lei, a parcela correspondente à contribuição de seus empregados para o Instituto Nacional de Seguridade Social e, contrariando a norma pertinente, deixa de recolhê-la aos cofres públicos, utilizando-se daquele recurso para fim diverso. O tipo penal que se amolda a conduta acima narrada é:

- a.  furto;
- b.  estelionato;
- c.  peculato;
- d.  apropriação indébita.

23) Assinale a opção **correta**:

- a. ( ) As espécies de penas no Código Penal brasileiro são: privativas de liberdade, restritivas de direito e multa, sendo as duas últimas penas acessórias da pena de prisão.
- b. ( ) O Ministério Público oferece denúncia em crimes de ação penal pública, enquanto o ofendido oferece representação em crimes de ação penal de iniciativa privada.
- c. ( ) O instituto do “sursis” - suspensão condicional da execução da pena - aplica-se às penas restritivas de direitos e às pecuniárias.
- d. ( ) A representação, nos crimes de ação penal pública condicionada, será irretratável depois de oferecida a denúncia.

24) Assinale a alternativa **incorreta**:

- a. ( ) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível.
- b. ( ) É inafiançável e insuscetível de graça ou anistia o crime de tortura.
- c. ( ) Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal.
- d. ( ) A revisão criminal poderá ser proposta pelo Ministério Público para desconstituir a sentença absolutória, diante do surgimento de novas e inequívocas provas que justifiquem a condenação do acusado.

25) Concluído o inquérito policial e regularmente remetido ao representante do Ministério Público, este, ao invés de oferecer a denúncia, porquanto o IP versava sobre prática de crime de ação penal pública incondicionada, requer o arquivamento dos autos do inquérito, tendo o MM. Juiz considerado improcedentes as razões expedidas. Na hipótese, como solução teremos:

- a. ( ) O juiz ordenará ao representante do Ministério Público que ofereça a denúncia.
- b. ( ) O próprio magistrado oferecerá a peça acusatória.
- c. ( ) O juiz fará a remessa do inquérito ao Procurador-Geral de Justiça, e este oferecerá ele próprio a denúncia, ou designará outro Promotor para fazê-la, ou ainda, insistirá no arquivamento requerido por seu subordinado.
- d. ( ) O juiz fará a remessa do inquérito ao Procurador-Geral do Estado, e este oferecerá ele próprio a denúncia, ou designará outro Procurador para fazê-la, ou ainda, insistirá no arquivamento requerido pelo Promotor de Justiça.

26) Da decisão que, na justiça comum, não recebe a queixa , em ação penal de iniciativa privada regulada pelo Código de Processo Penal, caberá:

- a. ( ) recurso em sentido estrito;
- b. ( ) apelação;
- c. ( ) recurso especial especial e/ou extraordinário;
- d. ( ) habeas corpus.

27) Sobre as nulidades no processo penal, é **correto afirmar:**

- a. ( ) O oferecimento da denúncia pelo Ministério Público, fora do prazo legal, é mera irregularidade que não afeta a validade do ato processual.
- b. ( ) As formas processuais uma vez desobedecidas acarretam sempre a nulidade do ato, independente de qualquer prejuízo.
- c. ( ) A nulidade do ato, uma vez declarada, não causará a dos atos que dele dependam ou sejam consequência.
- d. ( ) A parte que deu causa a nulidade poderá arguí-la, em razão do princípio do interesse.

28) Todas as alternativas são corretas, **exceto:**

- a. ( ) No processo penal, a falta de defesa constitui nulidade absoluta, mas sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu.
- b. ( ) Réu, no processo penal, é o ser humano vivo maior de 18 anos.
- c. ( ) A pessoa jurídica pode ser ré no processo penal.
- d. ( ) O acusado absolvido por sentença passada em julgamento não poderá ser submetido a novo processo pelos mesmos fatos.

29) Assinale a alternativa **correta:**



- a. ( ) O réu se defende do crime descrito na denúncia ou queixa e não da classificação jurídica feita pelo Ministério Público ou querelante.
- b. ( ) O exame de corpo de delito pode ser suprido pela confissão do acusado.
- c. ( ) As provas, no processo penal, podem ser produzidas sem a presença do Juiz.
- d. ( ) O ofendido é testemunha no processo penal.

30) A lei 9.099/95 dispõe sobre o Juizado Especial Criminais. Assinale a alternativa **correta**:

- a. ( ) A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que se consumou a infração penal.
- b. ( ) O recurso cabível da rejeição da denúncia ou queixa, nos crimes de competência dos Juizados, é o recurso em sentido estrito.
- c. ( ) A suspensão condicional do processo é ato personalíssimo, vale dizer, ninguém pode aceitá-la no lugar do acusado.
- d. ( ) A sentença que homologa a conciliação civil é passível de apelação.

31) Assinale a alternativa **incorreta**:

- a. ( ) A denúncia ou queixa será rejeitada quando o fato narrado não constituir crime.
- b. ( ) A ação penal, nas contravenções, será iniciada com o auto de prisão em flagrante.
- c. ( ) A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração.
- d. ( ) Salvo os casos expressos em lei, as partes poderão apresentar documentos em qualquer fase do processo.

## **DIREITO DO TRABALHO**

32) Sobre a prorrogação do contrato de trabalho por prazo determinado, previsto na CLT, **pode se afirmar**:

- a. ( ) É possível a prorrogação de até duas vezes.
- b. ( ) Prorrogado mais de uma vez passará a vigorar por tempo indeterminado.
- c. ( ) Não há limite para prorrogação desde que a empresa justifique tal necessidade.
- d. ( ) Não há limite legal na sucessão de contrato por tempo determinado.

33) O impedimento da penhorabilidade do salário, decorre do princípio da:

- a.  irredutibilidade;
- b.  irrenunciabilidade;
- c.  integrabilidade;
- d.  intangibilidade.

34) Assinale a alternativa **correta**. Considerando-se a justa causa para rompimento do vínculo empregatício, o ato de improbidade praticado pelo empregado:

- a.  enseja justa causa para dispensa desde que praticado no âmbito do trabalho;
- b.  fora da empresa somente caracteriza justa causa se tiver correlação com o trabalho;
- c.  não caracteriza justa causa;
- d.  pode ensejar justa causa, mesmo que praticado fora da empresa, independente de correlação com o trabalho.

35) Assinale a alternativa **correta**. Garantida a estabilidade ao empregado em função de diretoria sindical, se eleito:

- a.  não pode o empregado ser dispensado em hipótese alguma;
- b.  somente pode ser dispensado após decisão em inquérito judicial, se procedente;
- c.  poderá ser despedido independente de inquérito judicial, se houver cometido falta grave;
- d.  poderá ser despedido se houver anuência da respectiva entidade sindical.

36) O empregado optante pelo FGTS, até a Constituição Federal de 1.988, pode transacionar o tempo anterior observada certa restrição legal. Assinale a alternativa **correta**:

- a.  A proposição está errada, dado o princípio da irrenunciabilidade.
- b.  A proposição está correta, mas o empregado deve perceber indenização fixada pela justiça do Trabalho.
- c.  A proposição está correta mas a indenização não pode ser inferior a 60% (sessenta por cento), do valor ao seu direito.
- d.  A proposição está correta e a indenização será livremente praticada entre empregado e empregador.

37) Havendo necessidade imperiosa de execução de serviços inadiáveis, a duração do trabalho poderá exceder o limite legal ou convencional e, neste caso, cabe adicional mínimo de;

- a. ( ) 20% (vinte por cento);
- b. ( ) 25% (vinte e cinco por cento);
- c. ( ) 30% (trinta por cento);
- d. ( ) 50% (cinquenta por cento).

38) Assinale a alternativa **correta**. Considerando-se o Direito Coletivo do Trabalho, a Convenção Coletiva:

- a. ( ) somente pode ser celebrada por Sindicatos;
- b. ( ) pode ser celebrada pelas Federações e Confederações, na falta dos respectivos Sindicatos;
- c. ( ) é prerrogativa exclusiva das Federações;
- d. ( ) decorre de acordo entre Sindicatos e uma ou mais Empresas.

39) A Constituição federal de 1.988, consagra o princípio da não intervenção do Estado na organização sindical, ressalvado o registro no órgão competente. No que tange a este, **pode-se afirmar:**

- a. ( ) O registro deve ser feito somente no Cartório de Registros de Títulos e Documentos.
- b. ( ) Pode ser feito tanto no Cartório de Registros de Títulos e Documentos ou no Ministério do Trabalho.
- c. ( ) Deve ser feito na Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, que é o órgão competente para arquivamento.
- d. ( ) Obrigatoriamente há que ser feito o arquivamento em ambos os setores, ou seja, no Cartório de Registros de Títulos e Documentos e no Ministério do Trabalho, sob pena do não reconhecimento da entidade Sindical.

#### **DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO**

40) Sobre o direito de greve previsto na Constituição Federal **é correto afirmar:**

- a. ( ) É vedado aos servidores públicos.
- b. ( ) A lei deve definir atividades essenciais nas quais não será permitida a greve.
- c. ( ) É vedado apenas aos servidores públicos militares e nas atividades essenciais definidas em lei.
- d. ( ) É assegurado pela Constituição Federal, podendo os trabalhadores decidirem livremente sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender.

41) Estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito de veículos e de pedestres é de competência:

- a.  exclusiva do Municípios;
- b.  exclusiva dos Estados e do Distrito Federal;
- c.  exclusiva da União Federal;
- d.  comum a todos esses Entes.

42) São formas de descentralização meramente administrativa, **exceto** :

- a.  desmembramento de Municípios;
- b.  transferência, por lei, de competência do Ministério da Fazenda ao Banco Central;
- c.  transferência, por lei, de competência do Governo Estadual para empresa pública estadual;
- d.  criação de Território Federal por lei complementar, nos termos do art. 18 da Constituição Federal.

43) Sobre revogação e anulação dos atos administrativos, assinale a alternativa **incorreta**:

- a.  O fundamento da revogação é o dever de restauração da legalidade, mas a revogação respeita os direitos adquiridos na vigência do ato revogado.
- b.  A anulação gera efeitos “ex tunc”, desfazendo retroativamente atos inválidos e seus efeitos.
- c.  É possível a revogação de ato administrativo ainda não eficaz, fenômeno também conhecido por “mera retirada”.
- d.  Somente a Administração Pública pode revogar seus próprios atos, cabendo a anulação à Administração e ao Poder Judiciário.

44) A natureza jurídica da autarquia administrativa é:

- a.  pessoa jurídica de direito privado, uma vez que integra a administração indireta;
- b.  pessoa jurídica de direito público interno;
- c.  pessoa jurídica de direito privado e de natureza pública;
- d.  pessoa política autônoma e descentralizada.

45) Entende-se por tombamento:

- a.  o instrumento utilizado pela Administração Pública em situação particular, para favorecer empresas concessionárias de serviços públicos;
- b.  o instrumento utilizado pela Administração Pública para ocupar temporariamente o imóvel, caso ocorra perigo público iminente, assegurado ao proprietário indenização ulterior;
- c.  o ato administrativo por meio do qual a Administração Pública manifesta sua vontade de preservar determinado bem;
- d.  o direito real de gozo, de natureza pública, instituído sobre imóvel alheio, com base na lei, pela Administração Pública ou por seus delegados, em favor de associações beneficentes previamente cadastradas.

46) A primeira fase da Licitação é:

- a.  homologação;
- b.  adjudicação;
- c.  edital;
- d.  habilitação.

47) Os Tribunais ou os respectivos Órgãos Especiais poderão declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público:

- a.  por maioria simples;
- b.  por maioria absoluta;
- c.  por maioria qualificada;
- d.  por unanimidade.

48) Legislar sobre custas dos serviços forenses é competência:

- a.  privativa da União;
- b.  privativa do Município;
- c.  concorrente da União, Estados e Distrito Federal;
- d.  privativa dos Estados.

49) As leis delegadas serão elaboradas pelo(a):

- a.  Congresso Nacional;
- b.  Presidente da República;
- c.  Senado Federal;
- d.  Câmara de Deputados.

50) O servidor público será aposentado compulsoriamente:

- a.  aos trinta e cinco anos de serviço;
- b.  aos trinta anos de serviço;
- c.  aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta anos de idade, se mulher;
- d.  aos setenta anos de idade.

## **DIREITO TRIBUTÁRIO**

51) De acordo com a Constituição brasileira, somente a União (sendo vedado a Estados ou a Municípios) poderá:

- a.  instituir impostos, taxas e contribuições;
- b.  criar imposto sobre a renda ou o patrimônio das pessoas imunes;
- c.  regulamentar, mediante lei complementar, as limitações constitucionais ao poder de tributar;
- d.  conceder isenção de tributo de competência dos Estados ou dos Municípios.

52) A criação de novos impostos, não previstos na Constituição Federal, pode ocorrer:

- a.  somente em tempo de guerra ou calamidade pública;
- b.  a qualquer tempo e por lei ordinária federal, desde que não tenham base de cálculo e fato gerador idênticos aos dos impostos atribuídos aos Estados e Municípios;
- c.  somente por lei complementar federal, desde que não tenham base de cálculo e fato gerador idênticos aos dos impostos atribuídos aos Estados e Municípios;
- d.  somente por proposta do Conselho de Segurança Nacional em caso de guerra declarada ou iminente.

53) O Código Tributário Nacional ( Lei nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966 ) é considerado:

- a. ( ) um código que somente pode ser derogado por outro código, pois o ato Complementar nº 36, de 1966, lhe deu esse status;
- b. ( ) uma lei federal que, no respeitante a impostos estaduais, pode ser alterada por lei estadual, por força do poder de legislar concorrentemente sobre essa matéria, previsto na Constituição de 1988;
- c. ( ) uma lei complementar à Constituição, por força das normas constitucionais supervenientes, que reservaram a matéria nela contida para leis dessa categoria;
- d. ( ) uma lei ordinária que, por ter sido aprovada como tal, pode ser livremente alterada por outra.

54) O contribuinte que pagou indevidamente o tributo tem direito à restituição, salvo na seguinte hipótese de:

- a. ( ) erro material na conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;
- b. ( ) erro do próprio contribuinte na identificação do sujeito passivo da alíquota aplicável;
- c. ( ) pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior do que o devido, em face da legislação aplicável;
- d. ( ) tributo que, por sua própria natureza, tenha sido transferido a terceiro, sem que este autorize expressamente a restituição.

55) O imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, de acordo com o Código Tributário Nacional, incide:

- a. ( ) somente sobre a posse, comprovada por contrato de locação, de imóvel urbano situado nos limites do Município;
- b. ( ) somente sobre a propriedade e a posse, a qualquer título, de imóvel urbano, situado nos limites do município;
- c. ( ) somente sobre a propriedade de imóvel urbano, comprovada mediante título hábil de propriedade;
- d. ( ) somente sobre a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel urbano (como tal definido em lei).

## DIREITO INTERNACIONAL

56) Tupi S.A. (Vendedora), empresa brasileira com sede em Belo Horizonte, e Fargo S.A. (Compradora), trading chilena sediada em Santiago, celebraram um Contrato Internacional de Compra e Venda de 7.000 (sete mil) toneladas de aço. O referido Contrato foi assinado na sede da empresa chilena. O Contrato Internacional foi omissivo em indicar legislação aplicável e Poder Judiciário competente. No momento da execução do contrato, as partes se desentenderam, o que acarretou uma controvérsia. Quanto ao caso acima descrito, é correto afirmar que:

- a. ( ) O Poder Judiciário brasileiro é absolutamente competente para dirimir a controvérsia.
- b. ( ) Se consultado, o Poder Judiciário brasileiro deverá utilizar legislação material chilena para dirimir a controvérsia.
- c. ( ) Se consultado, o Poder Judiciário brasileiro deverá utilizar legislação material brasileira para dirimir a controvérsia.
- d. ( ) Se consultado, o Poder Judiciário brasileiro deverá utilizar legislação material comum aos países do Mercosul, uma vez que o Brasil e o Chile são Estados partes do Mercosul.

57) Na ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1480-3, o Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal proferiu despacho contendo o seguinte trecho:

“DESPACHO: Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade, com pedido de liminar, que, ajuizada em formação litisconsorcial ativa, tem por objetivo questionar a validade jurídico-constitucional do Decreto Legislativo nº 68/92, que aprovou a Convenção nº 158 da Organização Internacional do Trabalho (O.I.T.), e do Decreto nº 1.855/96, que promulgou esse mesmo ato normativo de direito internacional público.

Todos sabemos que o decreto presidencial, que sucede a aprovação congressual do ato internacional e a troca dos respectivos instrumentos de ratificação, revela-se - enquanto momento culminante do processo de incorporação desse ato internacional ao sistema doméstico - manifestação essencial e insuprimível, especialmente se considerarmos os três efeitos básicos que lhe são pertinentes: (a) a promulgação do tratado internacional; (b) a publicação oficial de seu texto; e (c) a executoriedade do ato internacional, que passa, então, e somente então a vincular e a obrigar no plano o direito positivo interno.”



Considerando o teor do trecho do despacho acima transcrito e as noções de Direito Internacional Público, **é correto afirmar que:**

- a. ( ) O Supremo Tribunal Federal entendeu que a incorporação do tratado internacional no Brasil se faz através de Decreto Legislativo.
- b. ( ) O Supremo Tribunal Federal tem entendido que a incorporação o tratado internacional no Brasil se faz através de Decreto Executivo.
- c. ( ) O Supremo Tribunal Federal entendeu que o tratado internacional no Brasil tem a mesma estatura hierárquica das normas constitucionais.
- d. ( ) O Supremo Tribunal Federal entendeu que o tratado internacional no Brasil é hierarquicamente inferior às leis federais.

## **ESTATUTO DA OAB / CÓDIGO DE ÉTICA**

58) O Estatuto da OAB nos permite afirmar, **exceto:**

- a. ( ) O cargo de conselheiro e de membro de diretoria de órgão da OAB é de exercício gratuito e obrigatório, considerado serviço público relevante.
- b. ( ) A OAB mantém com o Ministério da Justiça vínculo funcional e hierárquico.
- c. ( ) O advogado é indispensável à administração da justiça, é defensor do estado democrático de direito, da cidadania, da moralidade pública, da justiça e da paz social, subordinando a atividade do seu Ministério Privado à elevada função pública que exerce.
- d. ( ) São órgãos da OAB, o Conselho Federal, os Conselhos Seccionais, as Subseções e as Caixas de Assistência dos Advogados.

59) Marque a alternativa **incorreta.** O Código de Ética, exige:

- a. ( ) que o advogado trate o público, os colegas, as autoridades e os funcionários do Juízo com respeito, discrição e independência, exigindo igual tratamento e zelando pelas prerrogativas a que tem direito;
- b. ( ) que o advogado utilize-se do emprego de linguagem escorreita e polida, esmero e disciplina na execução dos serviços.
- c. ( ) do advogado, na condição de defensor nomeado, conveniado ou dativo, comportamento, zelo e empenho para que o cliente se sinta amparado e tenha a expectativa de regular desenvolvimento da demanda;
- d. ( ) do advogado a observância das regras deontológicas, o dever de subordinação hierárquica às autoridades judiciárias e o dever geral de urbanidade.

60) Constitui infração disciplinar, **exceto:**

- a. ( ) incidir em erros reiterados que evidenciem inépcia;
- b. ( ) fazer, em nome do constituinte, sem autorização escrita deste, imputação a terceiro de fato definido como crime;
- c. ( ) acarretar, inconscientemente, a anulação ou nulidade de processo em que funcione;
- d. ( ) valer-se de agenciador de causas, mediante participação nos honorários a receber.

**GABARITO**  
**PROVA OBJETIVA - EXAME DE ORDEM**

<b>01 - B</b>	<b>21 - D</b>	<b>41 - D</b>
<b>02 - C</b>	<b>22 - D</b>	<b>42 - A</b>
<b>03 - A</b>	<b>23 - D</b>	<b>43 - A</b>
<b>04 - D</b>	<b>24 - D</b>	<b>44 - B</b>
<b>05 - B</b>	<b>25 - C</b>	<b>45 - C</b>
<b>06 - C</b>	<b>26 - A</b>	<b>46 - C</b>
<b>07 - D</b>	<b>27 - A</b>	<b>47 - B</b>
<b>08 - D</b>	<b>28 - C</b>	<b>48 - C</b>
<b>09 - A</b>	<b>29 - A</b>	<b>49 - B</b>
<b>10 - C</b>	<b>30 - C</b>	<b>50 - D</b>
<b>11 - B</b>	<b>31 - B</b>	<b>51 - C</b>
<b>12 - A</b>	<b>32 - B</b>	<b>52 - A</b>
<b>13 - B</b>	<b>33 - D</b>	<b>53 - C</b>
<b>14 - D</b>	<b>34 - D</b>	<b>54 - D</b>
<b>15 - B</b>	<b>35 - B</b>	<b>55 - D</b>
<b>16 - A</b>	<b>36 - C</b>	<b>56 - B</b>
<b>17 - D</b>	<b>37 - D</b>	<b>57 - B</b>
<b>18 - D</b>	<b>38 - B</b>	<b>58 - B</b>
<b>19 - C</b>	<b>39 - C</b>	<b>59 - D</b>
<b>20 - C</b>	<b>40 - D</b>	<b>60 - C</b>

**BOA SORTE!**